

Bruxelas, 11 de Dezembro de 2007

De acordo com um importante relatório da Comissão, a Estratégia de Lisboa renovada para o crescimento e o emprego está a dar resultados, mas a UE deve prosseguir o seu processo de reformas para que possa ter êxito na era da globalização

Três anos após o seu relançamento em 2005, a Estratégia de Lisboa para o crescimento e o emprego está a dar resultados. Esta é a principal conclusão do Relatório Estratégico da Comissão sobre o processo de reformas económicas na Europa, publicado hoje. O relatório demonstra que a Estratégia de Lisboa está a contribuir para os resultados muito mais favoráveis, alcançados recentemente pela economia da UE. As reformas estruturais estão igualmente a começar a aumentar o crescimento potencial, melhorando as perspectivas de prosperidade a longo prazo. No entanto, alguns Estados-Membros reagiram de modo mais determinado do que outros e começaram a aparecer alguns sinais de "cansaço das reformas" nos últimos doze meses. A Europa precisa de reforçar e aprofundar as reformas económicas, tanto a nível comunitário como nacional, no quadro do próximo ciclo da Estratégia de Lisboa, a fim de fazer face ao impacto das perturbações financeiras mundiais e da subida generalizada dos preços das matérias-primas. O relatório, que será apresentado ao Conselho Europeu da Primavera em Março de 2008, apresenta um conjunto de novas iniciativas políticas com vista a vencer este desafio e a intensificar os esforços da Europa para reagir à globalização e influenciar o seu curso.

O Presidente da Comissão José Manuel Durão Barroso afirmou: "A Estratégia de Lisboa está a dar resultados. Está a criar crescimento e emprego. Está a contribuir para que a Europa e os cidadãos europeus tenham êxito na era da globalização. Deu à Europa uma agenda económica comum e pragmática, que respeita plenamente as diferenças nacionais. No entanto, a complacência seria fatal para as perspectivas de a Europa vir a modelar a globalização. O caminho a percorrer continua a ser longo. Os progressos realizados não são uniformes entre os diferentes domínios e alguns Estados-Membros estão a avançar com muito maior rapidez do que outros. O pacote adoptado hoje responde à necessidade de a Europa reagir face às crescentes incertezas da economia mundial e à necessidade de dar uma prioridade ainda maior à dimensão social, à educação e às qualificações, às tecnologias da informação e da comunicação, à flexigurança, à energia e às alterações climáticas."

O Vice-Presidente Günter Verheugen, responsável pela política empresarial e industrial, afirmou: "A fim de assegurar um êxito continuado, a Estratégia de Lisboa para o crescimento e o emprego deve constituir uma verdadeira parceria entre os Estados-Membros e a própria UE. Uma inovação fundamental do pacote adoptado hoje consiste no novo Programa Comunitário de Lisboa, que apresenta dez prioridades fundamentais para as reformas a realizar a nível da UE."

Estas incluem medidas destinadas a concretizar o potencial de crescimento das nossas pequenas e médias empresas e a elaborar uma melhor regulamentação como forma de reduzir as formalidades administrativas. Além disso, pretendemos dar uma importância ainda maior à educação e à investigação e desenvolvimento. O novo Programa Comunitário de Lisboa dá igualmente ênfase à dimensão externa da estratégia para o crescimento e o emprego. Será cada vez mais importante garantir um plano de igualdade das condições de concorrência a nível mundial. Estas reformas são essenciais para impulsionar a economia europeia e para dar resposta às preocupações quotidianas dos cidadãos.”

Alguns êxitos muito importantes

O crescimento económico situou-se a um nível de 3,0% na UE-27 em 2006 e prevê-se que se mantenha em 2,9% em 2007. As reformas estruturais contribuíram para elevar a taxa de crescimento potencial estimada do PIB da área do euro em 0,2 pontos percentuais desde 2005, passando para cerca de 2,25% em 2007.

Foram criados quase 6,5 milhões de novos postos de trabalho nos últimos dois anos e prevê-se que venham a ser criados 5 milhões de postos de trabalho adicionais até 2009. O desemprego deve diminuir para um nível inferior a 7%, o nível mais baixo desde meados da década de 80. Pela primeira vez em dez anos, o forte crescimento do emprego tem sido acompanhado por um crescimento robusto da produtividade.

Os défices orçamentais da UE-27 baixaram significativamente, passando de 2,5% do PIB em 2005 para 1,1% em 2007, de acordo com as previsões. A dívida pública da UE-27 diminuiu de 62,7% em 2005 para um nível ligeiramente inferior a 60% em 2007.

É actualmente possível em quase todos os Estados-Membros criar uma nova empresa no prazo de uma semana através de "balcões únicos" e foram tomadas medidas importantes para executar a agenda da UE relativa à melhoria da regulamentação.

Cerca de metade dos Estados-Membros desenvolveu - ou está actualmente a desenvolver - políticas baseadas no princípio da flexigurança. Foi acordado um conjunto comum de princípios de flexigurança que os Estados-Membros devem executar, adaptando-os às respectivas situações específicas.

Todos os Estados-Membros fixaram um objectivo nacional em matéria de investimento em I&D. Se todos estes objectivos forem alcançados, a UE atingirá um nível de despesas com I&D de 2,6% do PIB em 2010 (contra 1,9% em 2005). Tal constituirá uma melhoria significativa, mesmo que o objectivo fundamental da UE de um nível de 3% (representando a contribuição do sector privado 2%) seja apenas atingido numa fase posterior.

No entanto, ainda há muito por fazer

Nos últimos tempos, a proporção do PIB afectada à I&D na UE não conseguiu acompanhar as taxas de crescimento económico mais robustas, tendo diminuído para 1,85% em 2006, registando-se consideráveis diferenças entre os Estados-Membros. Esta tendência afasta a UE ainda mais do objectivo de 3%.

Apesar das melhorias registadas a nível dos défices e da dívida, não foi inteiramente aproveitada a oportunidade propiciada pelas taxas de crescimento relativamente robustas para reduzir os défices estruturais, em especial na área do euro.

Existe ainda um potencial considerável para reduzir as formalidades administrativas e para melhorar o contexto empresarial, em especial das PME. A abertura das indústrias de rede e dos serviços à concorrência processou-se com lentidão.

Muitos mercados do trabalho continuam a estar segmentados, com os trabalhadores integrados bem protegidos, enquanto os restantes à margem continuam em situação incerta com contratos precários. Os sistemas de educação não estão a dotar suficientemente os jovens das qualificações que eles próprios e os empregadores necessitam. A mobilidade dos trabalhadores continua ainda a ser relativamente fraca. Apenas 2% dos cidadãos em idade activa vivem e trabalham num outro Estado-Membro. Em alguns Estados-Membros, os trabalhadores continuam a confrontar-se com obstáculos significativos quando mudam de emprego. Por conseguinte, a Comissão propôs um plano de acção da mobilidade profissional, constituído por 15 medidas concretas. (Ver [IP/07/1879](#))

A Europa continua a estar atrasada relativamente a outras economias importantes em termos de investimento em tecnologias da informação e da comunicação e na respectiva utilização como forma de reforçar a produtividade.

Muitos Estados-Membros estão longe de atingir os seus objectivos de Quioto e terão de realizar um grande esforço para alcançar os objectivos ambiciosos acordados pelos líderes da UE no Conselho Europeu da Primavera de 2007, com base no pacote relativo à energia e às alterações climáticas, que a Comissão irá apresentar em Janeiro de 2008.

Impulsionar a estratégia no decurso do próximo ciclo

O relatório apresenta uma série de novas medidas em cada um dos quatro domínios prioritários acordados pelo Conselho Europeu da Primavera de 2006, qualificados como os pilares da Estratégia renovada. A Comissão irá solicitar aos líderes da UE que as adoptem no Conselho Europeu da Primavera de Março de 2008.

Relativamente ao **investimento no capital humano e à modernização dos mercados de trabalho**, o relatório apela aos Estados-Membros para que elaborem planos de acção e fixem objectivos com o propósito de reduzir substancialmente o abandono escolar precoce e de melhorar as capacidades elementares a nível da leitura.

Relativamente ao **contexto empresarial**, o relatório apela para uma abordagem política integrada, através de uma Lei europeia das pequenas empresas, a fim de fomentar o desenvolvimento e o crescimento de milhões de PME, que criam nove de cada dez novos postos de trabalho.

Relativamente ao **conhecimento (educação, I&D e inovação)**, o relatório propõe medidas destinadas a concretizar a "quinta liberdade" – a livre circulação do conhecimento – através da criação de um verdadeiro Espaço Europeu da Investigação e de uma jurisdição integrada de patentes com uma patente única a um preço acessível. Por outro lado, apela-se aos Estados-Membros para que elaborem estratégias nacionais em matéria de banda larga e fixem objectivos nacionais de utilização da Internet de alta velocidade, visando uma taxa de ligação da população da UE de 30% e a ligação de todas as escolas, até 2010.

Relativamente à **energia e às alterações climáticas**, o relatório sublinha a importância da realização do mercado interno da energia e apela aos Estados-Membros para que fixem objectivos vinculativos em matéria de redução do consumo de energia dos edifícios públicos e que incluam sistematicamente a eficiência energética como um dos critérios de adjudicação dos contratos públicos.

A dimensão externa

O pacote reforça a **dimensão externa**, combinando a abertura com a legítima defesa do interesse europeu. O diálogo com países terceiros será reforçado e simplificado, com uma ênfase mais nítida nas questões da globalização que apresentam um interesse mútuo, como o acesso aos mercados, a convergência regulamentar, as migrações e as alterações climáticas. No futuro, a Comissão adoptará um único relatório anual sobre o acesso aos mercados, identificando os países e os sectores em que subsistem obstáculos significativos.

Orientações integradas

As adaptações da Estratégia referidas anteriormente são necessárias para dar resposta a domínios em que os progressos foram limitados, a desafios emergentes e a novas circunstâncias mundiais. Não requerem contudo a alteração das orientações integradas, acordadas unanimemente pelos Estados-Membros em 2005, propondo assim a Comissão que estas orientações se mantenham inalteradas no próximo ciclo. Todavia, o texto que as acompanha é actualizado, por forma a reflectir a alteração das circunstâncias.

Programa Comunitário de Lisboa

O pacote relativo ao crescimento e ao emprego adoptado hoje inclui um Programa Comunitário de Lisboa novo e inovador sobre as acções prioritárias a nível da UE durante o próximo ciclo trienal. O novo programa estabelece dez prioridades fundamentais para as reformas a realizar a nível da UE, a fim de impulsionar a economia europeia nos próximos três anos. A lei das pequenas empresas, a agenda relativa à melhoria da regulamentação, o domínio da investigação e do ensino superior e as iniciativas em matéria de patentes contam-se entre estes objectivos fundamentais. São também prioridades o reforço do investimento no capital humano e da empregabilidade; a adopção de novas medidas para integrar os mercados dos serviços financeiros da UE e reforçar a sua estabilidade à luz das actuais perturbações e a promoção de uma nova política industrial sustentável.

Apreciação da execução a nível nacional

Como habitualmente, o pacote inclui "capítulos por país", em que são analisados os progressos realizados por cada Estado-Membro (e pela área do euro). Os Estados-Membros continuaram a realizar progressos, embora a ritmos diferentes. Na maior parte dos casos, foram tomadas medidas no sentido de garantir o respeito dos compromissos contidos nas recomendações específicas por país, acordados colectivamente pelos Estados-Membros no ano transacto. Contudo, ainda há muito por fazer e a maior parte destas recomendações mantém-se válida. Em alguns casos - Alemanha, Itália e Espanha – o número de recomendações diminuiu, enquanto para a Eslováquia, a recomendação do último ano no sentido de lutar contra o desemprego de longa duração foi substituída por uma recomendação no sentido de melhorar o contexto regulamentar. Nenhum Estado-Membro recebeu qualquer recomendação específica adicional. As conclusões de cada capítulo por país estão contidas em: [MEMO/07/569](#).

Contexto

A Estratégia de Lisboa da União Europeia, que visa a modernização da Europa, foi relançada em 2005, com uma ênfase mais nítida no crescimento e no emprego. A Estratégia baseia-se numa estreita parceria entre a Comissão e os Estados-Membros, que acordaram unanimemente nas orientações políticas integradas, executadas a nível da UE através do Programa Comunitário de Lisboa e, a nível nacional, pelos programas nacionais de reforma, actualizados anualmente através de relatórios de execução. A Estratégia organiza-se com base em ciclos trienais. Para informações adicionais, consultar o documento: [MEMO/07/568](#) e o endereço:

http://ec.europa.eu/growthandjobs/index_en.htm